

SENTIDOS E SIGNIFICADOS DA EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA: UM MAPEAMENTO EPISTEMOLÓGICO EM APORTES TEÓRICOS.

Vania Escalant Pereira ¹
Richéle Timm dos Passos da Silva ²

RESUMO

Este trabalho apresenta parte dos fundamentos teóricos de uma pesquisa de mestrado em andamento que investiga a implementação da curricularização da extensão no curso de Licenciatura em Matemática noturno da Universidade Federal de Pelotas (UFPel). O objetivo deste recorte é discutir a concepção de extensão universitária como elemento transformador da formação docente, analisando como essa base teórica sustenta a demanda pela integração das práticas extensionistas ao currículo. O referencial teórico-metodológico da pesquisa de mestrado ancora-se na perspectiva crítica de Paulo Freire (1977), que propõe a substituição da "extensão" meramente assistencialista pela "comunicação" dialógica, estabelecendo uma troca de saberes entre universidade e comunidade. Articula-se a essa visão a Etnomatemática de D'Ambrosio (2001), que compreende a matemática como construção cultural, permitindo que a extensão aproxime o futuro professor dos saberes locais e da realidade social. A metodologia utilizada neste momento de pesquisa que aqui se apresenta se caracteriza como uma pesquisa bibliográfica (Gil, 2019) de natureza qualitativa (Lüdke; André, 2013), dedicada ao mapeamento e à análise das concepções de extensão universitária em diversos referenciais teóricos. O percurso investigativo organiza-se em torno do levantamento e da sistematização dos sentidos e significados da extensão a partir da análise de conteúdo sob o olhar de Bardin (2011). O procedimento que consiste na análise de conteúdo desses aportes será para identificar convergências e/ou divergências entre a concepção de extensão das teorias pesquisadas para, posteriormente, compreender como irá se apresentar na curricularização na formação de educadores, tanto na legislação quanto na matriz do curso em estudo. Somente após esse mapeamento epistemológico é que entende-se que possa ser feito os passos posteriores da pesquisa de mestrado, a saber: articular as reflexões sobre a extensão como componente curricular buscando compreender como tais fundamentos teóricos podem balizar a implementação prática da curricularização nas licenciaturas.

Palavras-chave: Interculturalidade, Formação de Professores, Culturas.

1 Mestranda do Curso de Educação Matemática da Universidade Federal de Pelotas (UFPel), graduada pelo Curso de Matemática da UFPel - RS, vaniaescalant@gmail.com;

2 Doutora em Educação pelo Curso de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Pelotas (UFPel) - RS, richelertps@gmail.com;



INTRODUÇÃO

A extensão universitária ocupa, atualmente, o centro dos debates sobre a reconfiguração do ensino superior e da formação docente no Brasil. Esse protagonismo decorre, primordialmente, da institucionalização da curricularização da extensão (Brasil, 2018), que impõe o desafio de integrar as ações extensionistas ao núcleo estruturante dos currículos. Contudo, para além da adequação burocrática e normativa, emerge uma questão epistemológica fundamental: qual concepção de extensão sustenta essa integração, especialmente no contexto da formação de educadores matemáticos?

Historicamente, o conceito de extensão no Brasil consolidou-se sob tensões entre modelos verticalizados. De um lado, a vertente assistencialista, de herança europeia, fundamentada na "doação" do conhecimento acadêmico a uma comunidade supostamente carente de saberes; de outro, a prestação de serviços, de influência norte-americana, orientada pela lógica pragmática do mercado e pelo utilitarismo técnico. Em oposição a essas práticas, Freire (1977) promove uma ruptura paradigmática ao denunciar o caráter de "invasão cultural" contido na extensão tradicional, propondo, em seu lugar, a comunicação.

Nesta perspectiva freireana, a extensão transfigura-se de um movimento unilateral para uma interação horizontal, na qual universidade e comunidade estabelecem uma interação dialógica, promovendo uma troca de saberes que resulta na mútua transformação dos sujeitos. No campo da Educação Matemática, tal diálogo encontra eco na Etnomatemática de D'Ambrosio (2001), que compreende o conhecimento como uma construção cultural indissociável da realidade social.

Diante dessas disputas conceituais, este artigo objetiva realizar um mapeamento epistemológico dos sentidos e significados atribuídos à extensão universitária em aportes teóricos selecionados. Busca-se, por meio deste recorte, compreender como tais fundamentos podem balizar a implementação prática da curricularização nas licenciaturas, oferecendo subsídios para que esta não se reduza a uma carga horária acessória, mas se consolide como princípio educativo transformador.



CAMINHOS METODOLÓGICOS

A presente investigação caracteriza-se como uma pesquisa bibliográfica, desenvolvida sob uma abordagem qualitativa. Segundo Lüdke e André (2013), a pesquisa qualitativa em educação permite a imersão na complexidade dos fenômenos educativos, priorizando a compreensão dos processos e dos significados atribuídos pelos sujeitos e pelas teorias. No caso deste recorte, o foco reside na análise documental e bibliográfica para a construção de um painel conceitual sobre a extensão universitária.

O percurso metodológico fundamenta-se nas etapas propostas por Gil (2019), partindo do levantamento de fontes secundárias — livros, artigos científicos, dicionários e legislações — que tratam da temática da extensão e sua interface com a formação de professores. O corpus da pesquisa foi selecionado com o objetivo de identificar os sentidos atribuídos ao termo desde sua origem semântica até sua institucionalização normativa e prática no curso de Licenciatura em Matemática Noturno da UFPel.

Para o tratamento e interpretação dos dados coletados, utilizou-se a técnica de Análise de Conteúdo, conforme as diretrizes de Bardin (2011). Este procedimento organizou-se em três polos cronológicos fundamentais:

1. Pré-análise: Momento de leitura flutuante e escolha dos documentos (leis federais, normativas do CNE, PPI da UFPel e obras de autores como Freire e D’Ambrosio);
2. Exploração do material: Operação de codificação para identificar as unidades de registro que definem a extensão (ex: assistencialismo, diálogo, prestação de serviços, interação transformadora);
3. Tratamento dos resultados: Inferência e interpretação, buscando identificar convergências e divergências entre as concepções teóricas pesquisadas e como estas balizam a curricularização no curso em estudo.

Este mapeamento epistemológico constitui a base teórica da pesquisa de mestrado que servirá de suporte para as etapas posteriores de análise da matriz curricular e das práticas extensionistas na formação de educadores matemáticos.



REFERENCIAL TEÓRICO

A compreensão do termo extensão remete, inicialmente, à sua definição lexicográfica. De acordo com o dicionário Michaelis, a palavra refere-se ao "ato ou efeito de estender ou estender-se" (Extensão, 2026), remetendo à ideia de ampliação do espaço ocupado por um corpo ou à dimensão de algo. No âmbito específico das instituições de ensino, o mesmo dicionário define a extensão acadêmica como o conjunto de atividades e cursos organizados por universidades, visando levar o conhecimento e a assistência técnica para além do corpo discente, atingindo a comunidade externa.

Entretanto, no contexto das Instituições de Ensino Superior (IES), essa definição puramente semântica é insuficiente para dar conta da complexidade que envolve a relação entre a academia e a sociedade. Diferente do sentido literal de apenas "projetar-se" para fora, a extensão atual busca romper com o isolamento acadêmico e a desconexão com o entorno. Como sugerem Lavor et al. (2023), o propósito atual é que a universidade estabeleça uma troca com os sujeitos sociais, convertendo a mera propagação de informações em uma "interação transformadora".

De acordo com Santos, Rocha e Passaglio (2016), a extensão universitária integra a comunidade universitária e a sociedade por meio de diversas modalidades de ação, incluindo programas, cursos, eventos e publicações. Historicamente, essa integração foi moldada por diferentes visões. Segundo Fehlberg, Silva e Valle (2014, p. 2), em 1975, o Ministério da Educação (MEC) e o Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras (CRUB) passaram a conceber a atividade com base em três características fundamentais: a oferta de serviços à população, o suporte material à universidade e a integração dessas duas frentes.

Se a visão da década de 70 era focada na prestação de serviços, a contemporaneidade exige uma postura mais dialética. Nesse sentido, a definição consolidada pelo Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Instituições de Educação Superior Públicas Brasileiras (FORPROEX) amplia esse horizonte, compreendendo-a como:

[...] um processo interdisciplinar, educativo, cultural, científico e político que promove a interação transformadora entre Universidade e outros setores da Sociedade (FORPROEX, 2012, p. 28).

Freire (1977) se opõe à ideia de extensão por perceber nela uma "invasão cultural", em que ocorre a substituição de saberes locais por conhecimentos técnicos impostos sem espaço para questionamentos. Para o autor, essa prática nega aos indivíduos a condição de sujeitos da



própria história, reduzindo-os a objetos passivos de uma transferência estática de informações. No lugar da extensão, Freire(1977) propõe a comunicação como uma interação dialógica onde os sujeitos, em posição de reciprocidade, participam de uma troca de saberes que possibilita a apropriação crítica e a transformação da realidade.

O compromisso assumido pela universidade é amparado pelo marco regulatório nacional vigente. A Resolução CNE/CES nº 7, de 18 de dezembro de 2018, define as diretrizes para a extensão na educação superior e regulamenta a exigência de sua inclusão na matriz curricular de forma quantitativa e qualitativa:

Art. 4º As atividades de extensão devem, no mínimo, compor 10% (dez por cento) do total da carga horária curricular estudantil dos cursos de graduação, as quais deverão fazer parte da matriz curricular dos cursos (BRASIL, 2018).

Ao normatizar os "10% de carga horária", a legislação brasileira impõe às instituições o desafio de organizar o percurso formativo de modo que a extensão deixe de ser uma ação eventual. Para Lavor et al. (2023), essa institucionalização é o mecanismo que assegura a indissociabilidade do tripé acadêmico, exigindo que a universidade saia de sua redoma para produzir conhecimento em interface direta com as demandas sociais.

A EXTENSÃO COMO CURRICULARIZAÇÃO NO CURSO DE LICENCIATURA EM MATEMÁTICA NOTURNO

A implementação dessa normativa na matriz curricular da Licenciatura em Matemática Noturno da UFPel configura-se, portanto, como um movimento de renovação pedagógica que transcende o cumprimento burocrático. Conforme apontam Lavor et al. (2023), tal inserção curricular permite o abandono do histórico "encastelamento" universitário, promovendo uma ciência focada na realidade concreta.

É importante ressaltar, todavia, que o curso de Matemática Noturno já possuía um histórico consolidado de projetos de extensão antes mesmo da obrigatoriedade da curricularização. Esse acúmulo de experiências prévias demonstra que a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão já era um valor buscado pelo curso, servindo agora como base sólida para a nova organização curricular exigida pela legislação atual.

Para Lavor et al. (2023), esse processo de levar a extensão para o centro da formação é uma oportunidade de produzir ciência e tecnologia focadas na realidade em que a instituição



está inserida, permitindo o aprendizado direto com os sujeitos sociais e com a comunidade. Essa abertura sinaliza uma disposição da academia para lidar com a complexidade do mundo real, superando modelos meramente assistencialistas.

Nesse contexto, o curso de Matemática Noturno apresenta especificidades que demandam esse olhar atento à realidade. O perfil do discente deste turno é, em grande medida, o do aluno-trabalhador, cujas experiências de vida e práticas laborais já carregam formas próprias de lidar com o saber matemático.

Para que a extensão promova a "interação transformadora" prevista no Projeto Pedagógico Institucional (PPI) da UFPel, é necessário um referencial que valide esses saberes prévios e a bagagem histórica do curso. Por essa razão, os estudos que tratam do aspecto teórico-social aqui utilizados fundamentam-se na Etnomatemática (D'Ambrosio, 2001), pois esta perspectiva permite que o diálogo entre universidade e sociedade ocorra valorizando os saberes e a cultura local.

A PERSPECTIVA DE D'AMBROSIO COMO AMPARO CURRICULAR

Um currículo que considera as especificidades etno-sociais e culturais dos alunos encontra respaldo na perspectiva de D'Ambrosio (2001). Para compreender essa fundamentação, é necessário recorrer à gênese do termo. O autor desdobra a palavra em três raízes gregas que explicam a matemática como uma resposta humana a contextos específicos:

Para exprimir artes ou técnicas uso a raiz grega *techné-tica*; para explicar, lidar com e conhecer, empresto a raiz grega *máthema* = matemá; e o ambiente natural e cultural é referido como *etno* assim falo em uma *tica* de matemá num determinado *etno*. Esse é o conceito de etnomatemática (= a *etno* + *matemá* + *tica*) [...]
(D'AMBROSIO, 2008, p. 26).

Essa decomposição epistemológica permite entender que a Etnomatemática é a matemática praticada por grupos culturais diversos, como trabalhadores, comunidades urbanas e rurais, que se identificam por tradições comuns. Ao adotar esse eixo, a curricularização da extensão na UFPel alinha-se à crítica de Lavor et al. (2023) contra a reprodução de modelos de conhecimento concebidos fora da realidade brasileira.

A articulação entre a Etnomatemática e a extensão ocorre porque ambas partilham do princípio da comunicação e do diálogo. Enquanto a extensão busca democratizar a universidade e formar para a totalidade, a Etnomatemática oferece as ferramentas para que o futuro professor de matemática reconheça a dignidade dos saberes populares. Assim, a prática



extensionista torna-se o espaço da ação-reflexão-ação, onde o acadêmico e a comunidade ressignificam o conhecimento mútuo, transformando a realidade local através de uma interface científico-social (Lavor et al., 2023).

RESULTADOS E DISCUSSÃO: CONTRIBUIÇÕES DA TEORIA PARA REPENSAR A PRÁXIS

A análise de conteúdo realizada sobre os aportes teóricos selecionados permitiu identificar diferentes sentidos atribuídos à extensão universitária. A partir da leitura e codificação dos materiais, emergiram quatro categorias analíticas que expressam distintas concepções dessa prática no contexto do ensino superior: extensão como transmissão de conhecimento, extensão como prestação de serviços, extensão como comunicação dialógica e extensão como interação transformadora.

A primeira categoria refere-se à concepção tradicional de extensão como transmissão de conhecimento da universidade para a sociedade, associada ao modelo assistencialista historicamente presente nas instituições de ensino superior. Nessa perspectiva, o saber acadêmico é entendido como superior e é “levado” à comunidade externa em um movimento unilateral. Tal entendimento é criticado por Freire (1977), que identifica nesse modelo uma forma de invasão cultural, na qual os saberes locais são desconsiderados em favor da imposição de conhecimentos técnicos.

A segunda categoria identificada corresponde à extensão como prestação de serviços, modelo que ganhou força a partir da institucionalização da extensão nas universidades brasileiras durante a década de 1970. Conforme apontam Fehlberg, Silva e Valle (2014), nesse período o Ministério da Educação e o Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras passaram a compreender a extensão como um mecanismo de oferta de serviços à população e de suporte às atividades universitárias. Embora esse modelo represente um avanço em relação à mera transmissão de conhecimento, ele ainda mantém uma lógica utilitarista e pragmática.

Em contraposição a essas concepções, emerge a terceira categoria, fundamentada na proposta freireana de extensão como comunicação dialógica. Para Freire (1977), a relação entre universidade e sociedade deve basear-se em um processo de troca de saberes no qual os sujeitos participam ativamente da construção do conhecimento. Nessa perspectiva, a extensão deixa de ser um processo de transferência para tornar-se um espaço de diálogo e aprendizagem mútua, no qual tanto a universidade quanto a comunidade são transformadas.



Por fim, a quarta categoria corresponde à concepção contemporânea de extensão como interação transformadora, consolidada nas diretrizes do Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Instituições de Educação Superior Públicas Brasileiras (FORPROEX). Segundo esse entendimento, a extensão é um processo interdisciplinar, educativo, cultural e político que promove a articulação entre universidade e sociedade (FORPROEX, 2012). Essa concepção amplia o papel da extensão ao integrá-la de forma indissociável ao ensino e à pesquisa.

Ao relacionar essas categorias com a formação de professores de matemática, observa-se que a perspectiva da interação transformadora encontra forte convergência com os pressupostos da Etnomatemática de D'Ambrosio (2001). Essa aproximação permite compreender a extensão como um espaço privilegiado para o reconhecimento dos saberes culturais e das práticas matemáticas presentes no cotidiano dos sujeitos. Dessa forma, a curricularização da extensão no curso de Licenciatura em Matemática Noturno da UFPel pode contribuir para a construção de um currículo sensível às realidades sociais e culturais dos estudantes.

Assim, os resultados deste mapeamento epistemológico indicam que a efetivação da curricularização da extensão depende da concepção de extensão adotada pelas instituições. Quando orientada por perspectivas dialógicas e interculturais, a extensão tem potencial para constituir-se como um princípio formativo capaz de aproximar a universidade das realidades sociais, contribuindo para uma formação docente crítica e socialmente comprometida.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As reflexões desenvolvidas neste trabalho permitiram identificar diferentes sentidos e significados atribuídos à extensão universitária nos aportes teóricos analisados. A partir do mapeamento epistemológico realizado por meio da análise de conteúdo, observou-se que a extensão tem sido historicamente compreendida sob distintas perspectivas, que vão desde modelos mais tradicionais, associados à transmissão de conhecimento e à prestação de serviços, até concepções contemporâneas que enfatizam o diálogo e a interação transformadora entre universidade e sociedade.

Nesse contexto, destacam-se as contribuições da pedagogia freireana e da Etnomatemática como referenciais teóricos capazes de sustentar uma compreensão crítica da extensão universitária. Enquanto a perspectiva de Freire (1977) propõe a superação da lógica assistencialista por meio de uma comunicação dialógica entre os sujeitos, a abordagem de



D'Ambrosio (2001) amplia esse horizonte ao reconhecer os saberes culturais e sociais como dimensões legítimas da produção do conhecimento matemático. A articulação entre essas perspectivas permite compreender a extensão como um espaço de troca de saberes e de construção coletiva do conhecimento, aproximando a formação docente das realidades sociais em que se insere.

Dessa forma, a curricularização da extensão, quando orientada por princípios dialógicos e interculturais, apresenta-se como uma possibilidade de fortalecer a formação de professores comprometidos com a realidade social e cultural dos sujeitos com os quais irão atuar. Nessa perspectiva, a integração da extensão ao currículo não deve ser compreendida apenas como uma adequação às exigências legais estabelecidas pela Resolução CNE/CES nº 7/2018, mas como um princípio formativo que potencializa a relação entre universidade, conhecimento e sociedade.

Por fim, destaca-se que o mapeamento epistemológico apresentado neste estudo constitui uma etapa inicial da pesquisa de mestrado em desenvolvimento. A sistematização das concepções teóricas sobre extensão universitária realizada neste trabalho oferece o suporte necessário para o avanço das etapas posteriores da investigação. A partir desse levantamento, pretende-se aprofundar a análise da extensão como componente curricular, buscando compreender de que maneira esses fundamentos teóricos podem orientar e sustentar a implementação prática da curricularização da extensão na formação de professores, especialmente no contexto do curso de Licenciatura em Matemática Noturno da UFPel.

REFERÊNCIAS

BARDIN, Laurence. *Análise de conteúdo*. São Paulo: Edições 70, 2011, 229 p.

BRASIL. Resolução CNE/CES nº 7, de 18 de dezembro de 2018. Estabelece as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira e regimenta o disposto na Meta 12.7 da Lei nº 13.005/2014, que aprova o Plano Nacional de Educação – PNE 2014-2024 e dá outras providências. Brasília, DF: Ministério da Educação, 2018. Disponível em: https://www.gov.br/mec/pt-br/cne/pdf/resolucoes-do-cne/ces/2018/rces007_18.pdf . Acesso em: 4 mar. 2026.

D'AMBRÓSIO, U. *Etnomatemática. Elo entre as tradições e a modernidade*. 2ª Edição. Belo Horizonte: **Autêntica**, 2002. 110 p. (Coleção Tendências em Educação Matemática). Disponível em: https://presencial.moodle.ufsc.br/pluginfile.php/878271/mod_resource/content/1/etnomatematica-elo-entre-as-tradioes-e-a-morden-pr_e745291268cdce1eee8309ec5e6ed9b6.pdf . Acesso em: 04 mar. 2026.



D'AMBRÓSIO, U. Uma História concisa da Matemática no Brasil. Petrópolis,RJ: Vozes, 2008.

EXTENSÃO. In: Michaelis Moderno Dicionário da Língua Portuguesa. São Paulo: Editora Melhoramentos, 2026. Disponível em:
<https://michaelis.uol.com.br/moderno-portugues/busca/portugues-brasileiro/extens%C3%A3o/> . Acesso em: 06 mar. 2026.

FEHLBERG, J. R.; SILVA, M. C.; VALLE, P. C. Eu, meus filhos e nossa escola: pensando a extensão universitária na escola regular. **Psicologia em Foco**, v. 4, n. 1, p. 1–7, 2014.

FREIRE, Paulo. (1977). Extensão ou Comunicação? 13. ed. São Paulo/SP: Paz e Terra.

GIL, Antônio Carlos. Como Elaborar Projetos de Pesquisa. 6.ed. São Paulo: Atlas, 2019.

LAVOR, Francisco Ivo Gomes de; CLEMENTINO, Thales Henrique Souza; LIMA, Maria Alanna Carvalho; LIMA, Aline Moreira; LACERDA, Rodolfo Rodrigo de Almeida; BELCHIOR, Sandra Maijane Soares de. Extensão Universitária: conceituação, fundamentos e implementação. *Journal of Multidisciplinary Sustainability and Innovation*, Iguatu, v. 1, n. 1, p. 5–11, 2023. Disponível em:
<https://revistas.editora.ufcg.edu.br/index.php/jmsi/article/view/839> . Acesso em: 5 mar. 2026.

LÜDKE, M. ANDRÉ, M. E. D. A. Pesquisa em educação: abordagens qualitativas. São Paulo: EPU, 2013.

SANTOS, J. H. de S.; ROCHA, B. F.; PASSAGLIO, K. T. Extensão Universitária e Formação no Ensino Superior. *Revista Brasileira de Extensão Universitária*, v. 7, n. 1, p.23-28, 2016.

UFPEL. **Projeto Pedagógico Institucional (PPI)**. Pelotas: UFPel, 2023. Disponível em:
<https://guaiaca.ufpel.edu.br/bitstream/handle/prefix/9932/PPI%202023%20-2036.pdf?sequence=5&isAllowed=y#page=23.11> . Acesso em: 04 mar. 2026.

